APRESENTAÇÃO

Revista CNJ, v.10, n.1, jan./jun. 2026

A presente edição da Revista CNJ, v. 10, n. 1, jan./jun. 2026, reúne reflexões sobre três dos mais complexos e urgentes desafios enfrentados pelo Estado brasileiro e pelo Sistema de Justiça contemporâneo: a violência doméstica e familiar contra a mulher, a segurança pública e o enfrentamento ao crime organizado, e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de temas que, embora distintos em suas manifestações, compartilham a característica de exigir respostas institucionais coordenadas, baseadas em evidências, comprometidas com os direitos fundamentais e orientadas pela efetividade das políticas públicas.

A edição conta com uma entrevista exclusiva concedida pela socióloga Camila Caldeira Nunes Dias, professora da Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). Reconhecida nacional e internacionalmente por suas pesquisas sobre o fenômeno das organizações criminosas, a dinâmica das facções e os impactos da violência sobre as instituições democráticas, a entrevistada oferece uma análise qualificada acerca dos desafios contemporâneos da segurança pública no Brasil, das transformações observadas no crime organizado e das possibilidades de atuação coordenada entre os diversos atores do Sistema de Justiça. Sua contribuição enriquece o debate proposto nesta edição ao aproximar a produção acadêmica das questões práticas enfrentadas pelo Poder Judiciário e pelas instituições responsáveis pela garantia da segurança pública e dos direitos fundamentais.

O expressivo interesse da comunidade acadêmica e dos profissionais do Direito refletiu-se no recebimento de mais de cinquenta artigos submetidos à avaliação, dos quais dezoito foram selecionados para compor esta edição. Os trabalhos aprovados revelam a pluralidade de abordagens, metodologias e perspectivas que caracterizam o debate jurídico contemporâneo, ao mesmo tempo em que convergem para um objetivo comum: compreender os desafios estruturais que atravessam o Sistema de Justiça e contribuir para o aperfeiçoamento das respostas institucionais oferecidas à sociedade.

No eixo dedicado à violência doméstica e familiar contra a mulher, os artigos analisam questões centrais para a garantia do acesso à justiça e para a efetivação dos direitos das vítimas. São examinados os impactos das

medidas protetivas requeridas por meios digitais, os desafios relacionados ao afastamento laboral remunerado das mulheres em situação de violência, a importância da autonomia econômica para a ruptura dos ciclos de violência e os fatores estruturais que dificultam o acesso à justiça. O conjunto é complementado por reflexão sobre a incorporação da perspectiva de gênero ao sistema de justiça brasileiro, com destaque para a contribuição do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça na internalização de parâmetros internacionais de direitos humanos.

A temática da segurança pública e do combate ao crime organizado é abordada sob múltiplas perspectivas. Os estudos reunidos discutem os limites constitucionais do uso da inteligência artificial e da proteção de dados na investigação criminal, a prisão preventiva em organizações criminosas e sua relação com a presunção de inocência, a dinâmica de atuação das facções criminosas e os desafios impostos à atuação jurisdicional. Também integram este volume pesquisas sobre a relação entre garimpo ilegal, violência estrutural e criminalidade organizada na Amazônia; a utilização do setor imobiliário para integração de ativos ilícitos e lavagem de capitais; a criminalidade organizada ambiental; e os impactos institucionais da execução penal em contextos marcados por déficits de transparência e controle democrático.

A terceira vertente temática da edição concentra-se na proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Os artigos selecionados abordam questões sensíveis e de elevada relevância social, como a governança interinstitucional das medidas protetivas de urgência envolvendo crianças e adolescentes, a proteção integral de crianças e adolescentes com deficiência vítimas de violência sexual, o papel do entrevistador forense para além da audiência de depoimento especial, os desafios decorrentes da ciberpedofilia e da pornografia infantil sintética produzida por inteligência artificial, bem como aspectos relacionados ao acolhimento institucional, à destituição do poder familiar e às dinâmicas de monoparentalidade feminina observadas no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Soma-se a esse conjunto a análise sobre a proteção e a regulamentação do trabalho infantil artístico no Brasil, tema que suscita importantes reflexões acerca da compatibilização entre a vedação constitucional ao trabalho infantil, a participação de crianças e adolescentes em atividades artísticas e a necessidade de mecanismos institucionais capazes de assegurar a proteção integral e a salvaguarda de seus direitos fundamentais.

Ao reunir pesquisas que dialogam diretamente com as prioridades estratégicas do Poder Judiciário brasileiro, esta edição reafirma o compromisso da Revista CNJ com a difusão do conhecimento científico aplicado à gestão judiciária, à promoção dos direitos fundamentais e ao fortalecimento das instituições democráticas. Mais do que apresentar diagnósticos, os trabalhos aqui publicados oferecem subsídios para a formulação de políticas públicas,

para o aperfeiçoamento da atividade jurisdicional e para a construção de soluções inovadoras diante de problemas complexos e persistentes.

Esta edição conta, ainda, com a tradicional seção de jurisprudência, composta por votos selecionados de Conselheiros e Conselheiras do Conselho Nacional de Justiça, cujas contribuições registram importantes debates e entendimentos institucionais desenvolvidos no âmbito do órgão. A divulgação dessas manifestações fortalece a transparência, amplia o acesso ao conhecimento produzido pelo Conselho e contribui para a compreensão da evolução das políticas judiciárias e da jurisprudência administrativa nacional.

Registramos nosso agradecimento aos autores e autoras que submeteram seus trabalhos à avaliação da Revista, aos pareceristas, cuja dedicação e rigor científico foram fundamentais para assegurar a qualidade desta publicação, e aos Conselheiros e Conselheiras que gentilmente indicaram votos para compor a seção de jurisprudência. A todos que contribuíram para a construção desta edição, nosso reconhecimento pelo compromisso com a produção e a disseminação do conhecimento jurídico de excelência.

Desejamos aos leitores e às leitoras uma proveitosa leitura, na expectativa de que as reflexões aqui apresentadas possam estimular novos estudos, fomentar o aperfeiçoamento das políticas judiciárias e fortalecer a atuação das instituições comprometidas com a promoção da justiça, da cidadania e dos direitos fundamentais.

Paulo Marcos de Farias
Secretário de Estratégia e Projetos do Conselho Nacional de Justiça
Editor-chefe da Revista CNJ